



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**Primeira parte – prova objetiva de conhecimentos jurídicos específicos
e de Língua Portuguesa**

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Analise os seguintes enunciados:

I. Na redação de textos jurídicos (petições, pareceres, artigos), é muito recomendável a elaboração de manifestações longas, com extensas considerações e citações, pois isso demonstra sólida cultura jurídica e impressiona bem o julgador.

II. Na redação de textos jurídicos (petições, pareceres, artigos), a redundância deve ser evitada, em prol da devida ambigüidade das manifestações.

III. É recomendável a redação de textos jurídicos (petições, pareceres, artigos) em prosa.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) enunciado(s):

a) I, II e III;

b) I e III ;

c) III;

d) nenhum dos enunciados está correto.

2) Assinale a alternativa em que há palavra(s) com erro de acentuação (seja pela presença ou pela ausência indevidas de acento):

a) eletrólise, hímen, antropomórfico, gástrico;

b) saci, inútil, corante, homicídio;

c) vácuo, econômia, tangencial, cálculo;

d) energético, caju, fácil, português

3) Analise a pontuação empregada nos seguintes enunciados:

I. Através da impetração deste mandado de segurança, o demandante respeitosamente, busca amparo judicial para o que lhe é devido.

II. Amanhã à tarde conversaremos sobre isso.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

III. Digo isso Excelência, porque ainda temos bons juízes neste país.

A pontuação está correta apenas no(s) enunciado(s):

- a) I e III;
- b) I e II;
- c) II e III;
- d) II.

4) (Questão adaptada do “Vestibular 2005 da Escola Paulista de Medicina”) Leia o texto.

“Enlace

*No convento da senhorita Sandra
Carvalho e cirurgião plástico
Nóbrega Pernotta, contraíram
carmelitas ontem as próprias testemunhas
sendo seus pais os laços
matrimoniais.”*
(Millôr Fernandes.)

A graça, no texto de Millôr, decorre da

- a) alteração dos sentidos das palavras, já que a forma de organizá-las sugere outro significado, diferente de enlace, proposto no título.
- b) transgressão do princípio sintático de articulação das palavras, o que acaba por criar associações inusitadas e singulares.
- c) desorganização total do texto, tornando-o ininteligível.
- d) articulação das palavras dentro das convenções da língua, mas com outros matizes de significação, o que altera, por exemplo, o sentido do título.

5) Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do período seguinte:

Eles _____ providenciaram as certidões, que enviaram _____ às procações, como instrumentos _____ para os fins colimados.

- a) mesmos, anexas, bastantes;
- b) mesmo, anexo, bastante;
- c) mesmo, anexas, bastante;
- d) mesmos, anexo, bastantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

6) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

“ ____ momentos de maior tensão, em que os seqüestradores voltam ____ 'estaca zero' nas negociações, ficando tudo ____ cargo da paciência e do profissionalismo dos policiais.”

- a) Há, à, à;
- b) A, a, à;
- c) A, a, a;
- d) Há, à, a.

7) Há incorreção gramatical em:

- a) O Ministério Público Federal se manifestou pela improcedência da demanda.
- b) O juiz não se deu por suspeito.
- c) Todos me informaram que o escritório não mais funcionava.
- d) Respondi quando chamaram-me.

8) Analise os enunciados, quanto ao uso dos pronomes demonstrativos:

I. Ele preferia a língua italiana à alemã: esta o lembrava de seus heróicos ancestrais romanos; aquela inevitavelmente o fazia se lembrar da covardia de Hitler e de seus seguidores.

II. Arroz, feijão, carne, verduras, legumes e frutas: uma dieta saudável se baseia nessas comidas.

III. Praticar esportes regularmente – este é o melhor modo de manter a boa forma física.

IV. “Tendo sucumbido em primeira instância, a ora apelante busca, nesta Egrégia Corte, para a qual o recurso é dirigido, uma interpretação mais razoável da Constituição da República.”
(trecho de razões recursais escritas)

Quanto ao uso dos pronomes demonstrativos, estão corretos apenas os enunciados:

- a) I, III e IV;
- b) II;
- c) III e IV;
- d) II, III e IV.

9) Assinale a alternativa que não contém erro ortográfico:

- a) acessão, rescisória, antecipação, esclarecimento, usucapião, endosso
- b) assessão, recisória, antecipação, esclarecimento, usucapião, endosso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- c) acessão, rescisória, antecipação, esclarecimento, uzucapião, endoço
- d) assessão, recisória, antecipação, esclarecimento, usucapião, endoço

10) As seguintes frases contém estruturas muito comuns em textos jurídicos. Assinale a alternativa que contém incorreção gramatical:

- a) A procuração não consta dos autos.
- b) O tribunal não conheceu do recurso.
- c) O delegado de polícia representou pela prisão cautelar do investigado.
- d) A presente ação civil pública visa o resguardo jurídico-ambiental daquela vegetação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) Assinale a única alternativa incorreta, de acordo com a Constituição da República:

- a) A polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, a polícia federal, a polícia civil e a polícia militar são instituições precipuamente destinadas à polícia judiciária.
- b) A medida judicial adequada em face da ilegalidade da prisão em flagrante é o relaxamento.
- c) As votações do júri não devem ser fundamentadas.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

12) Assinale a única alternativa verdadeira, em face da Constituição da República:

- a) As prisões cautelares são exemplos de antecipação da tutela condenatória no direito criminal brasileiro.
- b) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado por crime político, desde que o ilícito tenha ocorrido antes da naturalização.
- c) É inconstitucional a lei que impõe regime penitenciário integralmente fechado para todos os definitivamente condenados por crime hediondo, por violar o princípio constitucional da individualização da pena.
- d) Ninguém pode ser considerado culpado até o surgimento de robustas provas em sentido contrário.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

13) A competência para julgar crime comum praticado por deputado federal, senador da República, juiz federal de primeiro grau de jurisdição e governador de Estado é, respectivamente do:

- a) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça.
- d) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Federal e Supremo Tribunal Federal.

14) Assinale a única alternativa correta, em face da Constituição da República:

- a) Por força de vedação constitucional, a lei processual penal que entra em vigor após o cometimento do delito a ser julgado não pode ser aplicada no correspondente processo criminal.
- b) O preso tem direito subjetivo à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- c) Por força da titularidade exclusiva do Ministério Público, em crimes de ação penal pública, o ofendido (ou seus sucessores ou representantes legais) não pode provocar a jurisdição penal, ainda que o Ministério Público esteja em mora.
- d) O princípio do promotor natural não tem base constitucional.

15) Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- b) Em primeiro grau de jurisdição, qualquer juiz, ainda que substituto, tem competência para, incidentalmente, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- c) São titulares ativos da ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos Municipais e o Procurador-Geral da República.
- d) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

16) Sobre a configuração constitucional do Ministério Público, assinale a única alternativa correta:

- a) Sendo titular privativo da ação penal pública e regido pela supremacia e indisponibilidade do interesse público, o membro do Ministério Público com atribuição para determinada causa criminal deve sempre exercer a acusação, ainda que entenda que o fato é atípico, lícito, não culpável ou impune – tal exame deve ser deixado para o Poder Judiciário.
- b) Os membros do Ministério Público Federal denominam-se Procuradores-Gerais da República.
- c) Os membros do Ministério Público, assim como os do Poder Judiciário, possuem a garantia da vitaliciedade, pela qual, após dois anos de exercício, não podem perder o cargo senão após processo administrativo no qual se assegure contraditório e ampla defesa.
- d) É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público, instaurado, presidido e concluído pelo membro ministerial com atribuição para a causa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17) A teoria, adotada por vários processualistas brasileiros, segundo a qual, para a análise das condições da demanda, deve-se tomar em conta as meras alegações das partes (especialmente do demandante, na petição inicial), deixando-se o julgamento da veracidade dessas alegações para o exame de mérito, denomina-se:

- a) teoria perfunctória;
- b) teoria da asserção;
- c) teoria do binômio processual;
- d) teoria do escalonamento.

18) Fátima é acionista da empresa “Weiser S.A.” e esta é credora da empresa “Freuser Ltda.”, em mora por dívida de R\$ 100.000,00. Fátima, um mês após a mora da “Freuser Ltda.”, propõe demanda de cobrança, na qual pede a condenação da demandada ao pagamento dos R\$ 100.000,00 à “Weiser S.A.”. Analise a situação:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- a) Em princípio, a demanda está corretamente proposta.
- b) Há ausência de legitimidade para a causa.
- c) Há ausência de possibilidade jurídica do pedido.
- d) Há ausência de interesse de agir.

19) Diante de um dano transindividual, causado pela Caixa Econômica Federal, que afete exclusivamente aos consumidores habitantes em Volta Redonda, RJ, e julgando omissos os colegas lotados na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, um membro do Ministério Público Federal lotado em Macaé, RJ, ajuíza a correspondente ação civil pública. O advogado da Caixa Econômica Federal encarregado da defesa, agindo diligentemente, deverá, na contestação, argüir:

- a) ilegitimidade ativa *ad causam*;
- b) ausência de capacidade postulatória;
- c) falta de atribuição;
- d) incompetência.

20) Assinale a única alternativa falsa:

- a) No direito processual civil, mandato e procuração, embora pertençam ao mesmo universo de significado, não são sinônimos.
- b) Ressalvados os casos de segredo de justiça, o advogado tem prerrogativa funcional de examinar, em cartório de justiça ou secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, mesmo que não possua procuração no feito e não tenha qualquer vínculo com as partes envolvidas.
- c) É dever do advogado declarar, na petição inicial ou na peça de defesa, o endereço em que receberá intimações e comunicar ao correspondente escrivão qualquer mudança do referido lugar.
- d) O advogado detentor de simples procuração geral para o foro (procuração *ad judicium*) não está autorizado a interpor recurso extraordinário como representante processual de seu cliente.

21) O Código de Processo Civil, em seu art. 942, que trata da demanda de usucapião de terras particulares, dispõe: “[o] autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados (...)” – por força de tal disposição, muitos autores sustentam que a demanda de usucapião de terras particulares é também uma demanda demarcatória.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

José ajuíza, em face de Mateus, Raimundo, Renato, Carlos e Hélio, demanda de usucapião de imóvel rural registrado como de propriedade de Mateus e vizinho imediato das fazendas de Raimundo, Renato, Carlos e Hélio. Trata-se de litisconsórcio passivo originário:

- a) necessário e simples;
- b) facultativo e simples;
- c) necessário e unitário;
- d) facultativo e unitário.

22) Os direitos, quanto à sua titularidade, podem ser classificados como individuais (disponíveis e indisponíveis) e transindividuais ou coletivos *lato sensu* (difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos). Partindo dessa premissa, assinale a única alternativa incorreta:

- a) É transindividual, do tipo coletivo *stricto sensu*, o direito dos trabalhadores metalúrgicos ao cumprimento de determinada cláusula de acordo coletivo de trabalho.
- b) É individual disponível o direito de certo credor, civilmente capaz, ao pagamento de dívida pecuniária pelo correspondente devedor.
- c) É transindividual, do tipo individual homogêneo, o direito dos compradores de certo automóvel com defeito de série à rescisão do negócio, à troca do produto por outro sem defeito, ou ao abatimento do valor pago.
- d) É transindividual, do tipo difuso, o direito de determinada criança de não sofrer espancamento praticado por seu pai.

DIREITO CIVIL

23) O Código Civil – Lei Federal 10.406/2001 – adotou como técnica legislativa a inserção das chamadas “cláusulas gerais” em seus dispositivos, dentre elas a boa-fé e a função social dos contratos. Assinale a alternativa que contém outras características do diploma civil em vigor:

- a) individualismo e inaplicabilidade da proteção aos direitos da personalidade às pessoas jurídicas.
- b) operacionalidade e socialidade.
- c) patriarcalismo e previsão de uniões homoafetivas.
- d) matriarcalismo e individualismo.▪



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

24) Assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil:

- a) O Código Civil – Lei Federal 10.406/2001 – foi o primeiro diploma legal brasileiro a prever, expressamente, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica.
- b) As energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis para os efeitos legais.
- c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) É permitida a utilização de nome alheio em propaganda comercial sem autorização.

25) É nulo o negócio jurídico, exceto:

- a) quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) quando for ilícito, impossível ou indeterminado o seu objeto.
- c) quando celebrado por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- d) quando for proveniente de simulação das partes.

26) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei civil remete a regulamentação da capacidade dos índios para a legislação especial.
- b) A pessoa com quatorze anos de idade é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- d) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

27) São pessoas jurídicas de direito público interno, exceto:

- a) o Ministério Público.
- b) a União.
- c) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- d) as autarquias.

28) No âmbito do direito contratual, marque a alternativa incorreta quanto à boa-fé objetiva:

- a) é princípio adotado expressamente pelo novo Código Civil;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- b) refere-se ao dever geral de lealdade, isto é, a uma norma de conduta que deve nortear as relações contratuais ou mesmo pré-contratuais;
- c) confunde-se com a boa-fé subjetiva da teoria civilista clássica;
- d) constitui o fundamento dogmático para a pós-eficácia das obrigações contratuais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29) Em certos atos administrativos, a lei permite ao agente realizar uma avaliação de conduta, ponderando os aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática do ato. Essa matéria é denominada pela doutrina de:

- a) vinculação administrativa.
- b) autotutela.
- c) mérito administrativo.
- d) responsabilidade objetiva da administração pública.

30) No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado, marque a alternativa correta.

- a) É causa excludente da responsabilidade estatal a demonstração de culpa concorrente da vítima.
- b) O Estado não pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados por seus agentes, pois “*The king can do no wrong*”.
- c) Vigê no ordenamento pátrio a regra da responsabilidade subjetiva do Estado, sendo ônus do interessado a comprovação de culpa do agente público.
- d) A Constituição Federal adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade do risco administrativo.

31) Analise as proposições abaixo:

I – Excesso de poder é a forma de abuso própria da atuação do agente fora dos limites de sua competência administrativa.

II – Desvio de poder é a modalidade de abuso em que o agente busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

III – Poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração de editar atos gerais para complementar a lei e permitir sua completa aplicação. Através do legítimo exercício do poder regulamentar, a Administração pode alterar e ampliar o conteúdo da lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

IV – As agências reguladoras, no exercício de poder regulamentar, podem criar normas técnicas relativas a seus objetivos institucionais.

São corretos os itens:

- a) somente I e II.
- b) somente I, II e III.
- c) somente I, II e IV.
- d) todos os itens estão corretos.

32) Sobre o poder de polícia administrativa, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder de polícia encontra limites jurídicos nos direitos do cidadão, nas prerrogativas individuais e nas liberdades públicas asseguradas pela Constituição e pelas leis.
- b) O poder de polícia é auto-executório, ou seja, a administração pode praticar atos e colocá-los em imediata execução, sem depender de prévia manifestação judicial.
- c) Se a autoridade administrativa não utilizar o poder de polícia com proporcionalidade, o ato administrativo será praticado com abuso de poder e poderá ser invalidado judicialmente.
- d) O poder de polícia administrativa se manifesta somente na repressão e prevenção de crimes e na proteção do erário público.

33) Assinale a alternativa incorreta.

- a) A Constituição Federal não estabeleceu a garantia do direito à livre associação sindical para o servidor público.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstos em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

34) Sobre o controle dos atos da Administração Pública, marque a alternativa incorreta.

- a) Pode ser exercido pela via da ação civil pública.
- b) A Administração está sujeita a mecanismos de controle interno e externo.
- c) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

d) O Judiciário pode examinar o mérito do ato administrativo em alguns casos, como, por exemplo, quando o agente pratica um ato administrativo irrazoável e desproporcional, com abuso de poder.

DIREITO PENAL

35) Assinale a alternativa correta.

- a) Os estagiários do Ministério Público, embora não ocupantes de cargo público, são considerados funcionários públicos para fins penais
- b) O Código Penal adotou a teoria dualista no tocante ao concurso de pessoas, segundo a qual há uma infração penal para os autores do crime e outra para os partícipes.
- c) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
- d) Para o finalismo de Welzel, a ação é o movimento humano voluntário produtor de uma modificação no mundo exterior.

36) Assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei penal excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) O crime de estelionato, que pressupõe conduta fraudulenta do agente com o fim de obtenção de vantagem ilícita, tem por objetividade jurídica a fé pública.
- d) Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa.

37) João, segurado do INSS, falsifica um laudo médico e, utilizando esse documento falso, requer um benefício previdenciário. Com a fraude, João recebe o benefício criminoso por seis meses. Assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do STJ.

- a) João praticou o crime de estelionato simples, pois o crime de falso restou absorvido.
- b) João praticou o crime de estelionato contra entidade de direito público em concurso material com o crime de falsificação de documento particular.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- c) João praticou o crime de estelionato contra entidade de direito público, pois o crime de falso restou absorvido.
- d) João praticou o crime de estelionato contra entidade de direito público em concurso formal com o crime de falsificação de documento particular.

38) Sobre a ação penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- c) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal ou se promove o arquivamento fundamentado dos autos.
- d) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

39) Analise as proposições abaixo, referentes aos crimes contra a administração pública.

I – Há crime de desobediência quando o agente usa de violência ou grave ameaça para evitar o cumprimento de ordem legal emanada de funcionário público competente.

II – Há modalidade culposa do crime de peculato.

III – O crime de concussão pode ser cometido antes de assumida a função pública pelo agente.

IV – Comete crime de prevaricação o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício para atender a pedido ou influência de outrem.

Marque a alternativa correta.

- a) apenas as de números II e III estão corretas.
- b) estão corretas somente as de números II e IV.
- c) somente as assertivas de números I e IV estão corretas
- d) estão corretas apenas as assertivas de número I e III.

40) José Mané, policial rodoviário federal, exige de Manuel Freguês, caminhoneiro, a quantia de R\$ 300,00 para que não lhe seja imposta multa de trânsito – que realmente deveria ser aplicada. Manuel Freguês entrega o valor exigido. Assinale a alternativa correta.

- a) José Mané cometeu crime de corrupção passiva, enquanto Manuel Freguês praticou crime de corrupção ativa.
- b) José Mané cometeu crime de concussão, enquanto Manuel Freguês não cometeu crime algum.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- c) José Mané praticou crime de corrupção ativa, enquanto Manuel Freguês cometeu crime de corrupção passiva.
- d) José Mané cometeu crime de concussão, enquanto Manuel Freguês cometeu crime de corrupção passiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

QUARTA QUESTÃO. **Direito Penal.** Leia o excerto abaixo transcrito:

“Numa antiga legislação da Babilônia, editada pelo rei Hammurabi (1728-1686 a.C.), encontramos que, se um pedreiro construísse uma casa sem fortificá-la e a mesma, desabando, matasse o morador, o pedreiro seria morto; mas se também morresse o filho do morador, também o filho do pedreiro seria morto. Imaginemos um julgamento 'modernizado' desse pedreiro: de nada lhe adiantaria ter observado as regras usuais nas construções de uma casa, ou pretender associar o desabamento a um fenômeno sísmico natural (uma acomodação do terreno, por exemplo) fortuito e imprevisível. A casa desabou e matou o morador: segue-se a responsabilidade penal. Não deixemos de imaginar, igualmente, o julgamento do filho do pedreiro. A casa construída por seu pai desabou e matou o morador e seu filho; segue-se sua responsabilidade penal. A responsabilidade penal, pois, estava associada tão-só a um fato objetivo e não se concentrava sequer em quem houvesse determinado tal fato objetivo. Era, pois, uma responsabilidade *objetiva e difusa*.” (Batista, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 10ª edição, 2005. p. 102).

Redija um texto sobre a **culpabilidade no direito penal**, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) evolução história da culpabilidade na teoria do delito; b) culpabilidade de ato e culpabilidade de autor; c) culpabilidade como elemento integrante do conceito analítico de crime, sua definição e seus elementos; d) acepções do princípio da culpabilidade. Responda em até 25 (vinte e cinco) linhas – o que ultrapassar esse limite será desconsiderado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS – 2007
GABARITO – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. C	11. A	21. A	31. C
2. C	12. C	22. D	32. D
3. D	13. B	23. B	33. A
4. B	14. B	24. C	34. C
5. A	15. C	25. C	35. A
6. D	16. D	26. C	36. C
7. D	17. B	27. A	37. C
8. B	18. B	28. C	38. C
9. <u>Anulada de ofício</u>	19. C	29. C	39. A
10. D	20. D	30. D	40. B

Volta Redonda, 28 de maio de 2007.

GUSTAVO TORRES SOARES
Procurador da República

PAULO GOMES FERREIRA FILHO
Procurador da República